

## São Tomé e Príncipe

Como pequeno Estado insular, São Tomé e Príncipe enfrenta constrangimentos geográficos e desafios económicos que condicionam as suas perspectivas de desenvolvimento.

Em 2011, a economia cresceu 4,9% impulsionada pelos sectores da construção e obras públicas, transportes e pequeno comércio mas, em 2012, segundo as estimativas, o crescimento caiu para cerca de 4,0%, devido principalmente à redução do consumo, quer privado quer público.

São Tomé e Príncipe dispõe de um enorme potencial para se tornar um país de rendimento médio, com base na sua dimensão e no seu PIB per capita, se conseguir uma gestão eficiente e transparente da sua riqueza em recursos naturais, evitando assim a chamada maldição dos recursos naturais.

### Visão global

---

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4,9% em 2011, que compara com 4,5% em 2010. O crescimento foi impulsionado pelos setores de serviços, transportes, construção e obras públicas e comércio a retalho. Em 2012, registou-se um ligeiro decréscimo na taxa de crescimento para 4,0%, em resultado de uma redução do investimento directo estrangeiro (IDE) e do consumo privado e público. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser de 5,2% em 2013 e de 5,8% em 2014, graças a um aumento do IDE, a prémios de assinatura de contractos petrolíferos e à implementação de grandes projectos nacionais de infraestruturas, com destaque para o porto de águas profundas.

Alpha

No plano orçamental, a prioridade foi colocada na consolidação das contas públicas, de modo a permitir a obtenção das receitas previstas, nomeadamente, pela criação de um organismo de avaliação da solvabilidade (departamento de crédito) e a adopção de legislação sobre a gestão dos recursos naturais. Para além disso, as autoridades pretendem implementar o quadro de responsabilidade orçamental destinado a resolver, em 2012, o défice orçamental recorrente e crónico e reforçar a responsabilidade de fazer cair o défice para um dígito, para 9,4% do PIB, no final de 2012, que compara com 11,9% em 2011. O excelente desempenho obtido neste domínio está ligado às reformas estruturais implementadas nos últimos anos com vista a melhorar a cobrança de receitas. A fim de fortalecer o sistema financeiro e melhorar a sua credibilidade, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) está a planear reforçar a supervisão bancária, dando formação aos funcionários em gestão de riscos. Por outro lado, as suas actividades serão reorganizadas e os bancos não-rentáveis serão reestruturados. Espera-se, igualmente, que o novo plano de contas, que deverá entrar em vigor em 2013, respeite as normas internacionais de informação financeira. Por outro lado, deverá ser aprovado, em 2014, um quadro jurídico para os bancos com problemas, com vista a ajudar bancos em dificuldades a utilizar, entre outros, adequados instrumentos de acompanhamento e de supervisão.

Em Abril de 2012, consciente da necessidade de conduzir o país à resolução do problema resultante do alto risco de sobre-endividamento, a Assembleia Nacional, com o apoio do Banco Mundial (BM) e do Debt Relief International (DRI), aprovou a nova Lei de Gestão da Dívida Pública, que define o quadro estratégico e estabelece as responsabilidades e a estrutura de governação do Departamento da Dívida Pública. Em linha com o objectivo de crescimento sustentável do país e a fim de demonstrar ainda mais o seu compromisso com a melhoria da transparência na gestão de fundos oriundos dos seus recursos naturais, o Governo aprovou várias legislações sobre a gestão de recursos naturais, incluindo um quadro de gestão dos recursos petrolíferos, em Agosto de 2000, e a criação de uma Agência Nacional do Petróleo e do Conselho Nacional do Petróleo (leis 8/2004, 5/2004 e 3/2004). Este esforço foi reforçado com a recandidatura, e respectiva aceitação, do arquipélago à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI). A gestão eficiente das receitas oriundas do petróleo será, portanto, essencial aquando da produção de petróleo prevista para 2016.

Tabela 1: Indicadores Macroeconómicos 2013

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Crescimento real do PIB</b>	4.9	4	5.2	5.8
<b>Crescimento real do PIB</b>	2.8	1.9	3.1	3.8
<b>Inflação medida pelo IPC</b>	14.3	9.5	7.9	7.7
<b>Saldo Orçamental % PIB</b>	-11.9	-9.4	-13.4	-13.2
<b>Balança Corrente % PIB</b>	-30.1	-22.5	-27.5	-27.7

Dados para 2012 são estimativas; para 2013 e 2014 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932808652>

## Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem)

	2007	2011
<b>Agricultura, silvicultura &amp; pesca</b>	-	-
<b>Agricultura, silvicultura, pesca e caça</b>	19.2	22
<b>Construção</b>	9.7	8
<b>Electricidade, gás e água</b>	2.5	1.9
<b>Electricidade, água e saneamento</b>	-	-
<b>Extrações</b>	-	-
<b>Finanças, seguros e solidariedade social</b>	-	-
<b>Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas</b>	7.7	6.2
<b>Produto interno bruto a preços base/factor custo</b>	100	100
<b>Serviços de administração pública</b>	-	-
<b>Indústrias manufactureiras</b>	7	7.1
<b>Minas</b>	0.7	0.7
<b>Outros serviços</b>	5.9	8.4
<b>Administração pública, educação, saúde e assistência social, serviços comunitários, pessoais e sociais</b>	6.1	3.8
<b>Administração pública, educação, saúde e assistência social, serviços comunitários, sociais e pessoais</b>	-	-
<b>Administração pública e serviços pessoais</b>	-	-
<b>Serviços sociais</b>	-	-
<b>Transporte, informação e comunicação</b>	-	-
<b>Transporte, armazenagem e comunicação</b>	27.2	28.4
<b>Comércio por grosso e a retalho e propriedade imobiliária</b>	-	-
<b>Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurants</b>	14.1	13.4

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932809640>

O país tem registrado um bom desempenho económico nos últimos anos, com o crescimento real do PIB a atingir 4,9% em 2011, impulsionado pelos sectores dos transportes, construção e obras públicas e pequeno comércio. Em 2012, a economia sofreu um revés em resultado de uma redução registada consumo privado e público. Em 2013, é esperado um crescimento real do PIB de 5,2%, na sequência de um desempenho positivo do IDE, de alguns bónus de assinatura de contractos petrolíferos, e dos sectores do turismo, agricultura e infraestruturas. Em termos de contribuição sectorial, o sector dos serviços ainda é dominante, tendo representado cerca de 60% do PIB em 2011, seguido pela agricultura, que representou cerca de 22% do PIB. A inflação continuou a sua tendência de descida e deverá atingir um dígito, ou seja, 9,5% em 2012 contra 14,3% em 2011, principalmente devido ao regime cambial de taxa fixa entre a dobra (DST) e o euro (1 euro = 24 500 DST). Até ao final de 2013 e de 2014, a inflação deverá cair ainda mais para, respectivamente, 7,9% e 7,7%.

A economia do país é pouco diversificada, com uma base estreita de exportações, dependente da exportação de um único produto, o cacau. O mercado europeu continua a ser o principal destino comercial do país, com 55% das importações provenientes de Portugal, enquanto 25% das exportações, têm como destino a Holanda. Apesar do fraco desempenho nos últimos anos, o IDE deve recuperar, em média, cerca de 25 milhões de USD no período 2012-14, tendo como base o investimento no sector petrolífero. O défice da conta corrente, incluindo as transferências oficiais, está previsto ser de 22,5% do PIB em 2012, contra 30,1% em 2011, devido à melhoria registada na balança comercial resultante de uma diminuição das importações e do aumento das transferências correntes.

A nível macroeconómico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a Extended Credit Facility (ECF) 2009-12, tendo reconhecido avanços significativos por parte do Governo na consolidação das contas públicas e, deste modo, avaliado o desempenho económico global como satisfatório. A revisão também destacou a necessidade de fortalecer a supervisão orçamental e o controlo da despesa. Como resultado do bom desempenho económico, um novo programa de ajustamento de três anos, para 2012-15, no valor de 2,59 milhões de DES (Direitos Especiais de Saque) (3,8 milhões de USD) foi acordado e assinado com o FMI. Por outro lado, em Abril de 2012, foi aprovada uma nova Lei de Gestão da Dívida Pública que define os mecanismos institucionais relativos à estrutura do departamento da dívida. Espera-se que esta nova estrutura institucional ajude o país a passar do estatuto de país de dívida alta para país de dívida média. Segundo a última Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) do Banco Mundial (BM) e do FMI, a situação da dívida do país deverá melhorar com o início da produção de petróleo prevista para 2016.

Consciente da actual crise financeira e da alta dependência do país em relação à ajuda externa, o Governo comprometeu-se a implementar o Quadro de Responsabilidade Orçamental, que visa combater o crónico e recorrente défice orçamental e reforçar a prestação pública de contas em 2013. Os orçamentos de Estado para 2012 e 2013 evidenciam a alta dependência do país da ajuda externa. Em 2012, estima-se que mais de 50% do orçamento foi financiado por doadores e esse nível deverá manter-se em 2013. Assim, as reformas do Governo e as medidas a serem implementadas incluem também a adopção de um orçamento realista, com a identificação clara das despesas inerentes à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de modo a evitar distorções desnecessárias na despesa o que determinaria uma pressão adicional sobre a fraca capacidade de mobilização de recursos internos. No que diz respeito à persistente crise global e à primavera árabe, particularmente na Líbia, têm tido um impacto negativo sobre o programa de desenvolvimento do país, em particular, com a suspensão de grandes projectos de infraestruturas por parte da Líbia (tais como, a construção de hotéis cinco estrelas) e do IDE.

Alpha

Apesar do objetivo declarado do Governo de reduzir a pobreza, regista-se uma redução na afectação de recursos no orçamento de 2013 para os sectores da saúde e da educação. A esses dois sectores, críticos para a redução da pobreza, foram atribuídos 10% a cada um em 2013, que compara com 15% em 2012. Para reduzir ainda mais o nível de pobreza, criar empregos e fornecer oportunidades para o desenvolvimento da iniciativa privada, no primeiro semestre de 2012, o Governo ofereceu formação e microcrédito a jovens selecionados com vista à criação de novas empresas privadas.

Com as perspectivas económicas favoráveis, à luz do início próximo da extracção de petróleo, é fundamental continuar a implementação de políticas macroeconómicas sólidas e reforçar a boa governação, para alcançar os desejados objectivos de desenvolvimento.

## A política macroeconómica

---

### **Política orçamental**

Durante o terceiro trimestre de 2012, o Governo continuou os seus esforços de consolidação orçamental. Sendo o país altamente dependente da ajuda externa, o Governo tem vindo a implementar políticas com vista a tornar o país mais resistente aos choques externos e a evitar distorções desnecessárias nos gastos que vão criar ainda maior pressão na mobilização de receitas internas. De acordo com as projecções, o défice orçamental deverá atingir um único dígito, ou seja 9,4% do PIB, no final de 2012, que compara com 11,9% em 2011. O bom desempenho está ligado às reformas estruturais implementadas pelo Governo nos últimos anos, com vista a melhorar a cobrança de receitas, incluindo a criação de um departamento de crédito, a legislação sobre a gestão de recursos naturais, a redução do imposto sobre as empresas, a melhoria registada na recolha de impostos em atraso e a aplicação pelo Governo do novo sistema de gestão electrónica das finanças públicas (SAFE-e). Ao reconhecer estes esforços, em Março de 2012, o Banco Mundial aprovou um apoio orçamental ao país de 4,2 milhões de USD destinado a melhorar a governação económica e promover o crescimento sustentável. A médio e longo prazo, o Governo está a estudar novas reformas, incluindo a melhoria do sistema de tecnologias de informação (TI) na administração pública, a fim de melhorar o registo dos contribuintes, monitorar o cumprimento fiscal e reforçar a capacidade da administração fiscal.

Apesar dos progressos registados na cobrança de atrasados, é necessário um enorme esforço da parte das autoridades a fim de superar os atrasos cruzados entre o Governo, a empresa pública de electricidade - EMAE (Companhia de Água e Electricidade) - e a ENCO (o importador nacional de combustíveis), que continuam a ser significativas e podem comprometer o défice orçamental programado para o final de 2012. Assim, estima-se que a receita total, incluindo donativos, atinja os 38,6% do PIB em 2012, que compara com 37,1% do PIB em 2011, enquanto se prevê que as despesas totais e empréstimos tenham diminuído para 48,1% em 2012, contra 49% em 2011. Concomitantemente, o défice orçamental previsto melhorou para 9,4% em 2012, comparativamente a 11,9% do PIB em 2011.

A persistente crise do euro e os distúrbios no norte da África têm tido um impacto negativo sobre a agenda de desenvolvimento do país. Esta situação explica o lento progresso registado na implementação de projectos de investimento público previstos para o primeiro semestre do ano (de que são exemplo, o porto de águas profundas e a construção de dois hotéis de luxo), o que determinou atrasos no desembolso de donativos e créditos provenientes do exterior. Até ao final de 2012 o Governo previa executar 68% dos seus principais projectos de investimento, desde que a execução decorra de acordo com o programado para o segundo semestre de 2012. Dado o actual ambiente económico, os donativos devem diminuir em 2013, para 15,4% do PIB, contra 20,4% em 2012. No sector externo, prevê-se que o défice da conta corrente, incluindo as transferências oficiais, se situe em 22,5% do PIB em 2012, contra 30,1% em 2011, em resultado de uma melhoria registada na balança comercial devida à redução das importações e ao aumento das transferências correntes.

Tabela 3: Finanças Públicas 2013 (em percentagem do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Receitas Totais e Donativos</b>	31.2	38.9	37.1	38.6	33.2	32.6
<b>Receitas fiscais</b>	14.8	17.4	16.8	16.3	15.8	15.4
<b>Receitas do Petróleo</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Donativos</b>	14.7	19.3	18.3	20.4	15.4	15.2
<b>Despesas totais e empréstimos netos (a)</b>	49.7	49.1	49	48.1	46.6	45.8
<b>Despesas Correntes</b>	20.3	20.4	17.9	17.7	17	16.4
<b>Excluindo Juros</b>	19.8	20	17.4	17	16.4	15.8
<b>Remunerações e Salários</b>	7.9	9.1	7.7	7.5	7	6.6
<b>Juros</b>	0.5	0.4	0.5	0.7	0.6	0.6
<b>Balança Primária</b>	-17.9	-9.7	-11.4	-8.8	-12.8	-12.7
<b>Balança Global</b>	-18.4	-10.2	-11.9	-9.4	-13.4	-13.2

Dados para 2012 são estimativas; para 2013 e 2014 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932810628>

## Política monetária

A política monetária tem favorecido a implementação das medidas de estímulo orçamental e a capacidade de resposta à volatilidade dos preços. O Governo tomou medidas imediatas para combater a inflação que, no período 2000-10, atingiu, em média, 17%. Dois anos após a entrada em vigor do Memorando de Entendimento com Portugal (MoU), com vista a indexar a dobra ao euro, a inflação mantém a sua tendência descendente. De facto, de 14,3% em 2011, o índice de preços no consumidor caiu para 9,5% em 2012. Até o final de 2013 e em 2014, a inflação deverá continuar a cair para, respectivamente, 7,9% e 7,7 por cento.

A fim de criar um ambiente propício ao desenvolvimento do sector privado, e com base na evolução positiva dos indicadores macroeconómicos no primeiro trimestre de 2012, o Banco Central reduziu a taxa de juro de referência, que tinha permanecido inalterada desde Julho de 2010, de 15% para 14%. Essas ações de política visaram baixar a pressão sobre as taxas dos bancos comerciais (actualmente em 24%-26%), com vista a estimular o crédito ao sector privado.

Além disso, a fim de proteger o nível de reservas internacionais, que atingiram cerca de três meses de importações no final do terceiro trimestre de 2012, em comparação com os seis meses observados em anos anteriores, o Banco Central de São Tomé e Príncipe reformulou a sua NAP (Norma de Aplicação Permanente: regulamentação criada pelo banco para a regulação do sistema financeiro) relativa ao "acesso ao mercado internacional de divisas e cobertura" com vista a aumentar as restrições ao acesso a moeda estrangeira e, assim, criar menos pressão sobre as reservas estrangeiras. No entanto, uma vez que se tratam de medidas de curto prazo, o Banco Central e o Governo fizeram aprovar uma lei que institucionaliza o uso de Títulos do Tesouro que será regulamentada em ambos os mercados, primário e secundário. Com a assistência técnica do Banco de Portugal, a lei deverá entrar em vigor no primeiro trimestre de 2013. A longo prazo, o país está a prever mudar a sua moeda.

Para preservar a estabilidade financeira e melhorar a credibilidade do sistema financeiro, o Banco Central pretende reforçar a supervisão bancária, promovendo a formação dos seus funcionários da área de supervisão centrada no risco, e rever as estratégias dos bancos comerciais. As medidas também incluem a revisão da estratégia do Banco Central e a reestruturação de bancos comerciais não-rentáveis. Em 2013, um novo plano de contas vai ser introduzido, de modo a cumprir as regras internacionais de informação financeira. Um quadro jurídico sólido para bancos com problemas está previsto para 2014.

## Cooperação económica, integração regional e comércio

A economia nacional não é diversificada. Desde a independência, em Julho de 1975, o cacau tem sido responsável por mais de 80% do total das exportações de S. Tomé e Príncipe, seguido pelo café e o coco. Nos últimos anos, uma tendência positiva e crescente tem sido observada na exportação de novos produtos, como a pimenta e a baunilha, havendo também a convicção generalizada da necessidade de melhoria da produção existente, tal como o cacau biológico. No entanto, apesar dessas melhorias, o país ainda é muito dependente da ajuda externa. Em Setembro de 2012, Portugal foi o seu principal parceiro comercial, com 55% das importações enquanto que 25% das exportações do país tiveram como destino a Holanda.

A posição geográfica do país, como estado insular, coloca graves desafios económicos para a sua efectiva integração na região. O comércio com a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) representou cerca de 2% das trocas comerciais do país. Não obstante o seu isolamento, têm sido feitos esforços pelo Governo para respeitar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que respeita a serviços e regulamentos aduaneiros e para cumprir mais de perto as normas internacionais.

São Tomé e Príncipe é também membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e assinou o acordo da tarifa externa comum da comunidade e respeita a classificação aduaneira que comporta cinco faixas tarifárias. As tarifas aduaneiras são organizadas em 5.486 produtos e cobrem cinco taxas: 0%, 5%, 10%, 20% e 30%. O país não tem beneficiado de projectos comunitários de integração regional, tais como o Plano Director Concensual dos Transportes na África Central (PDCT-AC). As barreiras não-comerciais (como postos de controle não oficiais, sobretaxas de mercadorias, etc.) têm constituído um grande desafio para o comércio regional no seio da comunidade agravado, no caso de São Tomé e Príncipe, pela sua posição geográfica, e dificultam ainda mais o desenvolvimento de um sector privado viável.

Com vista a aumentar a competitividade e promover a integração regional, o Governo, com o apoio do Banco Mundial, tem investido em infraestruturas, em particular nas telecomunicações, com a construção do cabo submarino que liga o arquipélago à rede mundial de fibra óptica. Da mesma forma, estão a ser feitos esforços para desenvolver os transportes marítimos, incluindo o porto de águas profundas e infraestruturas aeroportuárias.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2013

	2004	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Balança Comercial</b>	-27.6	-37.9	-46	-41.8	-40.7	-38.5	-37.6
<b>Exportação de bens (f.o.b.)</b>	4.9	4.7	5.4	4.3	4.1	4.3	4.2
<b>Importação de bens (f.o.b.)</b>	32.5	42.6	51.4	46	44.8	42.8	41.8
<b>Serviços</b>	-9.2	-4.4	-9.5	-9.8	-8.7	-7.8	-7
<b>Rendimento dos Factores</b>	-2	-0.1	0.3	0.1	0.3	0.3	0.3
<b>Transferências Correntes</b>	22.7	17	24.3	21.4	26.5	18.5	16.6
<b>Balança Corrente</b>	-16	-25.5	-30.9	-30.1	-22.5	-27.5	-27.7

Dados para 2012 são estimativas; para 2013 e 2014 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932811616>

## Política da Dívida

A manutenção da estabilidade macroeconómica é a principal prioridade do Governo, uma vez que o país está em risco de sobre-endividamento. A profunda dependência do país das importações e a estreita base das suas exortações tornam o país vulnerável a choques exógenos.

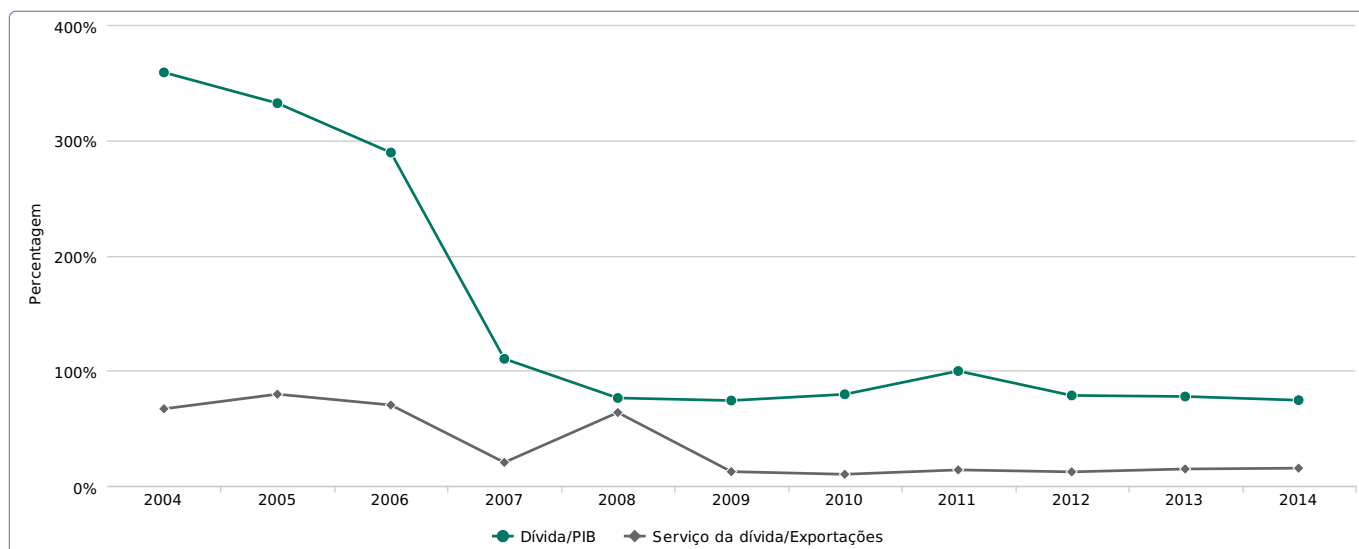
Nos últimos anos o Governo tem feito esforços significativos para reduzir o seu stock da dívida. Antes de o país solicitar o alívio da sua dívida ao abrigo da Iniciativa relativa aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), em 2006, o stock da dívida estava estimado em 360 milhões de USD. Depois de se qualificar para o alívio da dívida, o stock da dívida, no final de Agosto 2012, estava estimado em 191 milhões de USD, dos quais 45

milhões de USD devidos a credores multilaterais e 146 milhões de USD a credores bilaterais.

Portugal continua a ser o principal doador, seguido por Angola. Além disso, teve lugar uma contribuição financeira da Nigéria. O Governo está totalmente comprometido com a redução da dívida. Assim, o país obteve o perdão da sua dívida à Argélia. Além disso, o Governo também está a registar progressos na diminuição da sua dívida bilateral com o recente sucesso registado no perdão de mais de 4 milhões de euros por parte da Federação Russa. A dívida ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), foi avaliada em cerca de 2 milhões de USD.

Da avaliação da sustentabilidade da dívida, conduzida pelo Banco Mundial e pelo FMI, o risco do país no referente à sustentabilidade da dívida externa permanece alto, apesar de beneficiar dos efeitos benéficos da iniciativa HIPC. No entanto, espera-se que, com o início da exploração petrolífera, em 2016, a situação da dívida melhore. Com vista a resolver o alto risco do país de sobre-endividamento, e com o apoio do Banco Mundial e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), foi aprovada, em Abril de 2012, uma nova Lei-Quadro de Gestão da Dívida Pública. A lei define o quadro estratégico e estabelece as responsabilidades e estrutura de governação do Gabinete da Dívida Pública. No futuro, a fim de garantir a sustentabilidade da dívida a longo prazo, são necessários um rigoroso controle orçamental e políticas económicas adequadas.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2013



Dados para 2012 são estimativas; para 2013 e 2014 são projeções.



## **Governança económica e política**

---

### **Sector Privado**

O quadro legal é favorável à iniciativa privada. A legislação em vigor permite o acesso a propriedades do Estado e a participação em atividades privadas, excepto as reservadas ao Banco Central e às forças armadas. A insularidade também afecta o ambiente de negócios. Este desafio é agravado pela falta de infraestruturas e por um fraco sistema judicial. Para melhorar o ambiente de negócios, o Governo implementou várias reformas ao longo dos anos, o que permitiu ao país ser considerado como um dos principais reformadores de África em 2012. Estas reformas incluem: i) criação de um balcão único destinado a acelerar o processo de criação de empresas; ii) redução do imposto sobre as empresas; iii) redução dos entraves ao licenciamento para construção, e iv) a adopção de um novo código de investimento. A criação de um balcão único e a revisão do código de investimento ilustram ainda mais a intenção das autoridades em impulsionar o sector. No entanto, é necessário melhorar diversos aspectos, nomeadamente, no que respeita à divulgação de informação, ao acesso a crédito, ao tratamento de casos de falência e ao alto custo da electricidade.

Não obstante os notáveis avanços registados no Relatório Doing Business 2012, do Banco Mundial, em 2013 o relatório coloca o país na 160ª posição entre 185 países, principalmente devido à falta de continuidade das reformas e dos esforços realizados em anos anteriores. São necessários esforços significativos para tornar os custos das importações mais acessíveis (por exemplo, o custo de um contentor é de cerca de 577 USD) e o cumprimento de contratos (classificado na 181ª posição entre 185 países) menos complexo. Com o objectivo de superar alguns destes obstáculos, o Governo realizou um grande investimento, de cerca de 6,4 milhões de USD, em tecnologias de informação e comunicação (TIC). A entrada em funcionamento do cabo submarino irá melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados e reduzir o custo das comunicações.

### **Sector Financeiro**

Nos últimos anos o sector financeiro registou melhorias significativas, tendo em atenção a dimensão da população e o ambiente de negócios do país. Actualmente, existem oito instituições financeiras (das quais uma está autorizada a exercer actividades de banco de investimento), duas instituições financeiras não-bancárias (companhias de seguros) e cinco casas de câmbio.

A variação de desempenhos e o volume irregular de créditos a entidades públicas/privadas na carteira dos bancos comerciais (21% no primeiro semestre de 2012) é um elemento de preocupação. Para minimizar a situação, os bancos comerciais têm aumentado os níveis de provisão o que, por sua vez, afecta negativamente o processo de concessão de novos créditos com taxas de juro que variam entre 24% e 26%.

A fim de responder a estes desafios, o Banco Central reforçou o uso da NAP (Norma de Aplicação Permanente) 22/2009, que regula o funcionamento do sistema de gestão do risco. Trata-se de avaliar o processo de concessão de novos créditos, bem como a possibilidade de reduzir a taxa de insucesso empresarial e tem sido plenamente aplicada desde o final de 2011. Da mesma forma, graças à reforma iniciada em 2007, a supervisão bancária foi feita de modo muito prudente e a exigência de capital mínimo para os bancos comerciais aumentou aproximadamente 200%.

No âmbito das reformas financeiras do país visando modernizar e melhorar o sector financeiro, o sistema de pagamento automático Rede Dobra 24, bem como a nova plataforma do BCSTP (SIBANC) tornaram-se operacionais em Outubro de 2011. Desde Janeiro de 2013, os principais prestadores de serviços instalaram terminais de pagamento automático.

### **Gestão do sector público, instituições e reformas**

Apesar dos esforços governamentais para descentralizar o poder do nível central para o governo local, os obstáculos permanecem, essencialmente devido a mecanismos de governação inadequados e a frágeis estruturas institucionais. O país ainda enfrenta lacunas institucionais que muitas vezes impedem uma coordenação eficiente entre todos os actores envolvidos no processo de desenvolvimento e também comprometem a implementação de medidas e reformas políticas visadas pelo Governo.

No entanto, como parte das reformas de desenvolvimento de longo prazo centradas na inclusão, as autoridades tomaram medidas a fim de garantir a participação da sociedade civil na implementação das políticas. Assim, as organizações da sociedade civil têm participado activamente no diálogo sobre políticas nacionais, incluindo a consulta e participação dos parceiros do desenvolvimento na elaboração do quadro estratégico para o país.

A análise da eficiência dos serviços públicos prestados evidencia um desempenho misto. A estrutura organizacional é ainda obsoleta, com o processo de tomada de decisões muitas vezes complexo e lento pois envolve diferentes níveis. A prestação de serviços também reflecte negativamente os baixos salários decorrentes do apertado orçamento do Estado, o que incentiva os funcionários mais competentes a procurar melhores oportunidades fora do sector público. As futuras reformas no sector público devem prestar especial atenção a estas questões.

O Governo continua a implementar medidas destinadas a fortalecer a gestão das finanças públicas (GFP) e a aumentar a transparência na administração pública, por exemplo, através da introdução de SAFE (plataforma electrónica de gestão das finanças públicas) no início de 2012. Além das reformas e ações destinadas a melhorar

a governação dos recursos públicos, implementadas no final de 2011, em especial: i) o novo sistema ASYCUDA (Sistema Aduaneiro automatizado); ii) a legislação sobre gestão dos recursos petrolíferos, iii) a publicação do orçamento de Estado para 2011. O Governo também prevê reformas para combater a corrupção.

O Governo promoveu várias reformas na sua nova agenda de desenvolvimento no âmbito da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza para 2012-2016. De referir: i) melhoria da cobrança de impostos pelo reforço da capacidade da administração tributária; ii) melhoria do registo de contribuinte, dos serviços aduaneiros e fortalecimento da transparência e da prestação de contas, e iii) elaboração de programas-quadro para a política monetária e a supervisão bancária.

### **Gestão dos recursos naturais e meio ambiente**

Após a aprovação pela Assembleia Nacional de várias leis e regulamentos que preveem a gestão eficiente dos recursos petrolíferos, o Governo continuou os seus esforços com vista a maximizar eficazmente os recursos gerados a partir de reservas de petróleo na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) e na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria.

O início da produção de petróleo está previsto para 2016, e o Governo continua a negociar com as empresas de exploração de petróleo. Em Abril de 2012, assinou um acordo para a exploração do Bloco 5, com a Empresa Equator Exploration que permitirá ao país receber um bônus de assinatura de cerca de 2 milhões de USD. Do mesmo modo, a companhia francesa Total anunciou planos para investir cerca de 200 milhões de USD, e recentemente adquiriu os direitos de exploração da Chevron no bloco 1 da ZDC.

Como parte do compromisso de aumentar a transparência na gestão dos seus recursos naturais, e com a ajuda do Banco Mundial, o Governo apresentou uma nova candidatura, já aceite, para a adesão do país à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE). O país terá agora de cumprir os critérios para se tornar um país compatível com a ITIE. O BAFD também prevê o reforço da capacitação de formação do comité EITI do país no âmbito do novo projecto de reforma da gestão das finanças públicas.

Por outro lado, o país também ractificou várias convenções de protecção ambiental: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção de Combate à Desertificação (CCD). No entanto, persistem desafios relativos à subida dos níveis do mar e às mudanças climáticas. Para resolver essas questões, o Governo aprovou legislação que estabelece um quadro ambiental e a protecção de parques nacionais.

### **Contexto político**

Recentemente, registou-se um aumento da tensão política entre o partido no poder, a Acção Democrática Independente (ADI), liderada pelo primeiro-ministro Patrice Trovoada, e os principais partidos políticos da oposição. Como resultado, em Julho de 2012 foi apresentada à Assembleia Nacional uma moção de censura contra o Governo pelo principal partido da oposição - o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) - mas que não foi suficientemente apoiada para justificar o debate em assembleia plenária. Os partidos de oposição apresentaram uma segunda moção de censura em 21 de Novembro de 2012, que foi aceite pela Assembleia. A moção focou-se em acusações contra o Governo por não cumprir as recomendações e orientações fornecidas durante a discussão do Orçamento de Estado para 2012. As recomendações apontavam no sentido de o Governo aumentar a dotação: i) para a aquisição de sementes agrícolas; ii) para a prestação de apoio suplementar às pessoas com HIV/SIDA, e iii) para a reabilitação de infraestruturas escolares em Porto Alegre e Santa Catarina. Para financiar esses aumentos de dotações, os deputados instruíram o Governo para reduzir os recursos destinados a missões e viagens bem como a despesas de capital. Em resultado da incerteza política, em 26 de Novembro de 2012, o presidente da Assembleia Nacional, Evaristo Carvalho, pediu a demissão. O novo presidente da Assembleia Nacional, Pinto Alcino, foi eleito no dia 28 de Novembro de 2012, e os deputados votaram uma moção de censura que culminou com a queda do Governo.

Neste contexto, e para evitar o agravamento da instabilidade política em todo o país, em 11 de Dezembro de 2012 foi constituído um novo Governo de coligação, liderado pelo Primeiro-Ministro Gabriel Costa, sem representantes da ADI.

## Contexto Social e Desenvolvimento Humano

---

### **Desenvolvimento dos recursos humanos**

O país ainda regista défice de capacidades humanas que impedem a implementação eficaz do seu programa de desenvolvimento. Para ultrapassar esse défice o Governo tomou as medidas necessárias, garantindo uma componente de capacitação em quase todos os projectos financiados pelos parceiros do desenvolvimento. No entanto, em 2012, os sectores da saúde e da educação receberam, cada um, 10% do orçamento do Estado, abaixo dos 15% atribuídos a cada sector no ano anterior.

Com o objectivo de ajudar o Governo a implementar o seu programa de reforço da capacitação humana, o BAfD vai financiar um projecto de apoio institucional (PAGEF: estimado em cerca de 11 milhões de USD), que se concentra no desenvolvimento e consolidação de capacidades com vista a melhorar a governação económica e financeira do país. Na mesma linha, o Governo, com o apoio da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial, desenvolveu um programa social (PASS, estimado em cerca de 8,6 milhões de USD) com vista a aumentar a capacidade das instituições públicas. No Índice Mo Ibrahim 2012 a pontuação do desenvolvimento humano obtida pelo país foi de 66 em 100, acima da média africana (57/100).

No final de 2011 o Governo procedeu à avaliação do sistema de educação e de formação do país e este diagnóstico serve hoje de base para o desenvolvimento de uma nova estratégia para o sector. Os resultados da avaliação indicam que o país está bem posicionado para atingir o segundo objectivo dos ODM, em particular no que diz respeito à educação primária universal: as matrículas no ensino primário situaram-se em 133,8% em 2011. A avaliação também indicou uma redução da taxa de insucesso escolar no ensino primário, para 12,4% em 2011, contra 15,5% em 2010.

### **Redução da pobreza, protecção social e trabalho**

Com base no Relatório sobre a Pobreza de 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 49,6% da população vive abaixo da linha de pobreza e 15,9% em pobreza absoluta, em comparação com, respectivamente, 53,8% e 19,2% em 2001. O Relatório também revelou que a incidência da pobreza é maior nas mulheres (71,3%) que nos homens (63,4%). A alta incidência de pobreza nas áreas rurais determinou a migração de um número significativo de trabalhadores rurais para a cidade, fenómeno que poderá também estar ligado à insegurança alimentar. Além disso, a análise aponta como principais determinantes da pobreza a falta de criação de emprego, o fraco poder de compra em resultado da alta inflação e a má gestão dos recursos públicos.

O Governo, no âmbito do seu novo quadro de desenvolvimento (Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-16) considerou a redução da pobreza, a protecção social e a criação de emprego como elementos cruciais para o país alcançar um crescimento inclusivo. Para garantir uma cobertura social mínima, no orçamento de 2012 são atribuídos 10% ao sector social. Além disso, o Governo assinou um acordo com o Gabonese Financial and Investment Bank com vista à abertura de uma linha de crédito de 200 000 euros. Estes fundos serão destinados ao microcrédito a pessoas que se dedicam à pesca na região norte do país. Da mesma forma, as autoridades receberam um crédito de 35 000 USD dos Estados Unidos para apoiar o programa especial anual para organizações da sociedade civil de São Tomé e Príncipe, com atenção especial à agricultura, formação profissional e indústria alimentar. Espera-se que o acesso ao microcrédito, como resultado de diferentes acordos governamentais vá impulsionar o sector privado e levar à criação de pequenas e médias empresas (PME). Além disso, o Governo, com o apoio dos parceiros para o desenvolvimento, implementou vários programas de protecção social, incluindo um programa de alimentação escolar, a promoção da sobrevivência e da saúde infantis, e o apoio a mães com mais de três filhos.

Em relação aos indicadores sociais, apesar das deficientes infraestruturas de saúde, a actuação do Governo para prevenir a desnutrição e reduzir a mortalidade infantil e outras doenças tem sido bem-sucedida. Como resultado, a taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nados vivos) era de 69,3 em comparação com uma média africana de 78,6 em 2011, enquanto a percentagem de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado atingiu 80,7%, que compara com uma média de 50,2% para o continente. No entanto, são necessários esforços significativos com vista a aumentar o acesso ao saneamento que, em 2011, estava disponível para apenas 26% da população.

Embora os benefícios (por exemplo, salário mínimo, licença de maternidade, férias, etc.) sejam garantidos pela actual legislação, o mercado de trabalho necessita de registar melhorias significativas. A alta taxa de alfabetização (88,8% em 2011) não se reflecte no número de pessoas empregadas. De acordo com as estatísticas oficiais, a taxa de desemprego caiu para 13,9% em 2008, em comparação com 16% em 2002. Os dados também indicam que as mulheres são mais afetadas pelo desemprego (17,4%) do que os homens (13,9%). Embora o país tenha ractificado várias convenções internacionais em matéria de mercado de trabalho, a implementação desses instrumentos tem sido difícil. No entanto, existe legislação destinada a proteger o trabalho e os interesses dos trabalhadores, conforme enunciado na Lei 6/92 que define o regime jurídico das condições de trabalho para o sector público e trabalhadores do sector privado.

O país necessita ainda de criar e elaborar um código do trabalho. Um outro desafio reside na ausência de um tribunal do trabalho para defender os interesses dos trabalhadores do sector público.

### ***Igualdade de género***

Apesar do desafio de cumprir a legislação que estipula uma representação obrigatória de mulheres no parlamento de pelo menos 30%, um progresso encorajador tem sido feito por parte das autoridades, relativamente a anos anteriores, quando a representação feminina era inferior aos actuais 5 por cento. Um estudo de 2010 sobre a pobreza revela que a maioria da população a viver abaixo da linha de pobreza corresponde a mulheres: 71%, contra 63,4% nos homens. No entanto, o país promove a igualdade e a autonomia das mulheres. Em 2011, o rácio de escolarização raparigas/rapazes foi de 97,3% para o ensino primário e 115% para o ensino secundário.

A lei prevê a igualdade de acesso à actividade económica. Ora, de acordo com o perfil da pobreza 2010 do PNUD, há uma discrepância em relação ao emprego entre homens e mulheres. O relatório indica que 59% dos homens estão empregados, contra 41% das mulheres. A diferença tende a ser mais predominante nas zonas rurais que nas áreas urbanas. Embora o desemprego afecte ambos os sexos, a probabilidade de ter um emprego entre as mulheres é menor do que a registada para os homens. Essa desigualdade está ligada em certa medida, à existência de alguma discriminação, ainda que em pequena escala, no acesso ao emprego.

O Governo está igualmente comprometido com a plena implementação da convenção do Comité das Nações Unidas sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres (Convenção CEDAW). Para o efeito, iniciou um diálogo com os parceiros, com vista a reforçar o programa especial que oferece formação em gestão de negócios destinada às mulheres.

## TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL E RECURSOS NATURAIS EM ÁFRICA

São Tomé e Príncipe possui uma pequena e pouco diversificada economia, altamente dependente de um produto e vulnerável a fatores exógenos. Desde a independência do país, em 1975, a economia foi dominada pela exportação de um único produto, o cacau, que tem sido responsável por cerca de 80% do PIB. No entanto, tem havido uma mudança significativa na economia do país nos últimos anos, que tem visto o sector de serviços (comércio por grosso e a retalho; hotéis e restaurantes, e transporte, armazenagem e comunicações) e o sector da construção tornarem-se os sectores chave, representando cerca de 60 % do PIB em 2012, e que empregam quase 60% da força de trabalho do país, seguido pelos sectores de agricultura e indústria com cada um a contribuir com 20% para o PIB.

As transformações económicas continuaram com o anúncio da descoberta de petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria e na Zona Económica Exclusiva (ZEE), com início de produção previsto para 2016. Neste contexto, em 2001, o Governo assinou um acordo de exploração de petróleo com o Governo da Nigéria. O acordo prevê que 60% dos recursos do petróleo reverterão para a Nigéria e 40% para o Governo de São Tomé e Príncipe. Até agora, o país só tem recebido bónus de assinatura de contratos de petróleo como resultado de contratos de exploração concedidos sobre os seus diferentes blocos. Estima-se que de 2005 a 2009 o país recebeu 79 milhões de USD. Além disso, com base em projeções do relatório do FMI No.12/34, de Fevereiro de 2012, o arquipélago pode receber cerca de 106 milhões de USD, o que corresponde a 40% da sua receita total (266 milhões de USD) proveniente da ZDC partilhada com a Nigéria. Isso é equivalente a cerca de 42% do PIB do país em 2011, estimado em 254 milhões de USD, ou seja 265% das receitas fiscais (estimadas em 40 milhões de USD), ou 160% dos investimentos financiados por doadores.

A descoberta de hidrocarbonetos numa economia insular oferece enormes perspectivas para o crescimento inclusivo. A curto prazo, no entanto, alguns dos constrangimentos à transformação estrutural - como a escassez de infraestruturas, de trabalhadores com qualificações adequadas no mercado de trabalho, a incerteza em torno dos direitos de propriedade e a má gestão das terras, bem como sectores financeiro e privado atrasados - terão de ser eliminados.

Consciente da necessidade de gerir de forma eficiente os seus recursos naturais, o Governo adoptou quadros jurídicos para aumentar a transparência e a responsabilidade na gestão das receitas públicas e a prestação de contas neste domínio. Podemos citar a Lei Nacional do Petróleo (Lei n.º 16/2009) e a Lei da Gestão das Receitas Petrolíferas (Lei n.º 8/2004), que enunciam claramente a importância de usar os recursos petrolíferos em benefício das gerações futuras e, daí, a criação de um fundo soberano para o petróleo (Conta Nacional do Petróleo). A lei das receitas petrolíferas estipula igualmente que apenas 20% dos recursos do petróleo serão transferidos para o orçamento anual com vista a financiar o défice orçamental. Para aumentar ainda mais a transparência na gestão desses recursos, o Governo solicitou uma nova adesão à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) e tornou-se um país candidato no final de Outubro de 2012.

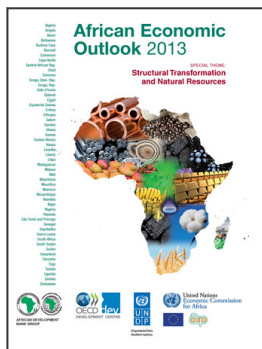
Por outro lado, o anúncio da descoberta de petróleo também levou a uma migração das zonas rurais para a capital, o que pode colocar pressão adicional sobre as autoridades para fazer cumprir seu plano de diversificação económica e evitar o chamado “síndrome da doença holandesa”. Para este fim, e no contexto do fluxo abundante de recursos petrolíferos, as conclusões do estudo do BAfD denominado *Maximizar a Riqueza do Petróleo para o Crescimento Equitativo e Desenvolvimento Económico Sustentável* do país, aprovado em Janeiro de 2012, indica que uma boa governação e a gestão eficiente dos recursos do petróleo irão proporcionar uma oportunidade única de transformar estruturalmente a economia. É, portanto, imperativo para o país aprender com a experiência positiva de outros países africanos (por exemplo, o Botswana, considerado como um exemplo de sucesso) que têm gerido de forma eficiente a sua riqueza em recursos naturais. Do mesmo modo, poderão ser tidos em conta modelos de outros países lusófonos não-africanos, como o Brasil e Timor-Leste, que conseguiram gerir bem os seus recursos em hidrocarbonetos e, portanto, evitar distorções inúteis e resultados indesejáveis para alcançar um crescimento sustentável mais vigoroso.

Ao reconhecer a importância e o potencial dos sectores de turismo, da agricultura e das pescas para o desenvolvimento económico global, nomeadamente para a criação de emprego, o desenvolvimento das PME e a redução da pobreza, o Governo tem-se envolvido activamente no apoio a estes sectores. Em 2012, o Governo negociou uma linha de crédito de 500 000 USD junto de bancos comerciais, com o apoio do Governo de Taiwan, para ser usada nos sectores das pescas, na agro-indústria e agroturismo. Da mesma forma, no segundo semestre de 2012, uma outra linha de crédito de cerca de 200 000 euros, foi acordada entre o Governo e um banco comercial, por intermédio de uma organização não-governamental (ONG) local, que tem como objetivo impulsionar o sector das pescas.

São Tomé e Príncipe dispõe de um enorme potencial para se tornar um país de rendimento médio, com base na sua dimensão e no seu PIB per capita, se conseguir uma gestão eficiente e transparente da sua riqueza em recursos naturais, evitando assim a chamada maldição dos recursos naturais. Se o país pretende alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, deve dotar-se de instituições sólidas, reforçar a capacidade dos ministérios, incluindo instituições judiciais, para fazer valer a transparência e prestação de contas e a luta contra a corrupção.

Finalmente, o apoio contínuo dos parceiros para o desenvolvimento e a promoção do diálogo a todos os níveis são vistos como necessários.





**From:**  
**African Economic Outlook 2013**  
Structural Transformation and Natural Resources

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/aeo-2013-en>

**Please cite this chapter as:**

OECD, *et al.* (2013), "São Tomé & Príncipe", in *African Economic Outlook 2013: Structural Transformation and Natural Resources*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264200562-48-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).